

# INFRAESTRUTURA

## AUDITORIA OPERACIONAL SOBRE OBRAS PARALISADAS

### OBJETO DO TRABALHO

Auditoria operacional realizada para a elaboração de um amplo diagnóstico das obras paralisadas no País financiadas com recursos federais.

### RESULTADOS

A auditoria levantou mais de 38 mil contratos referentes a obras públicas em 5 bancos de dados do Governo Federal. Cabe ressaltar que uma obra pode abranger mais de um contrato assim como um contrato pode abranger mais de uma obra. Dos contratos analisados, mais de 14 mil estão paralisados. Ou seja, mais de um terço das obras que deveriam estar em andamento pelo país, cerca de 37%, não tiveram avanço ou apresentaram baixíssima execução nos

últimos três meses analisados em cada caso. Juntas elas alcançam um investimento previsto de R\$ 144 bilhões, dos quais R\$ 10 bilhões já foram aplicados.

No caso das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), consideradas mais relevantes para o país e que deveriam, por esta razão, ser aceleradas, cerca de 21% delas encontraram-se paralisadas. Isso significa que, dos R\$ 663 bilhões inicialmente previstos para serem investidos no PAC, R\$ 127 bilhões estão atrelados a obras paralisadas. Das 2.914 obras paralisadas do PAC, Apenas seis delas tiveram indicação de paralisação pelo TCU.

Conforme detalhado na Tabela 1, quando do levantamento das informações, entre abril e maio de 2018, foram relacionadas 38.412 obras, para as quais havia sido previsto um investimento inicial de R\$ 725 bilhões.

Tabela 1 - Obras analisadas por banco de dados

Banco de dados	Obras analisadas		Investimento inicialmente previstos	
	Qtde	% relativo	R\$	% relativo
CEF	14.224	37%	15.087.800.486,65	2%
PAC	10.666	28%	663.349.865.888,62	91%
MEC	10.067	26%	16.295.721.073,95	2%
DNIT	1.168	3%	28.512.435.425,57	4%
FUNASA	2.287	6%	4.847.271.600,67	1%
<b>Total Geral</b>	<b>38.412</b>	<b>100,00%</b>	<b>725.456.451.626,74</b>	<b>100,00%</b>

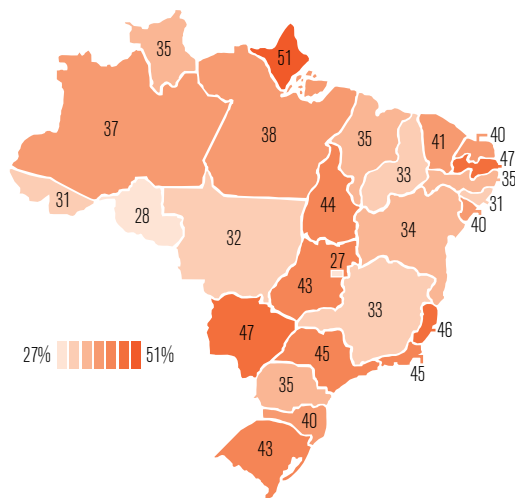
Essas obras foram classificadas pela equipe em seis possíveis situações, listadas na Tabela 2.

Tabela 2 - Situação das obras analisadas

Situação	Obras analisadas		Investimento inicialmente previsto	
	Qtde	% relativo	R\$	% relativo
Em reformulação	590	1,54%	204.988.942,85	0,03%
Adiantada	950	2,47%	957.961.227,72	0,13%
Atrasada	2.700	7,03%	4.105.680.314,13	0,57%
Normal/Em execução	19.728	51,36%	575.829.146.944,31	79,37%
Obra iniciada s/ medição	41	0,11%	44.541.721,12	0,01%
<b>Paralisada/Incabada</b>	<b>14.403</b>	<b>37,50%</b>	<b>144.314.132.476,62</b>	<b>19,89%</b>
Total Geral	38.412	100,00%	725.456.451.626,74	100,00%

Em termos regionais, é possível comparar a situação de cada estado no mapa seguinte. Estão preenchidos com as cores mais escuras os estados com maior percentual de obras paralisadas, ou seja, com maior número de obras paralisadas em relação ao total de obras no estado. Como se nota, no Amapá mais da metade dos empreendimentos estão paralisados, sendo esse o maior percentual encontrado (51%).

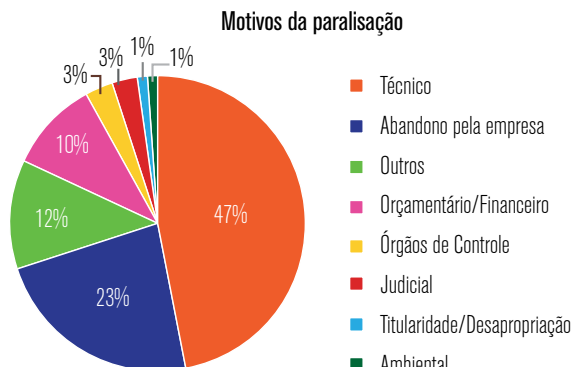
**Figura 1 – Mapa de calor dos percentuais de obras paralisadas em cada ente federativo.**



A partir desses dados e de questionários enviados aos gestores, foram apuradas três principais causas: contratação com base em projeto básico deficiente; insuficiência de recursos financeiros por parte do estado ou município corresponsável pela obra (contrapartida); e dificuldade desses entes subnacionais em gerir os recursos federais recebidos.

## CAUSAS

O gráfico seguinte ilustra os principais motivos para a paralisação das obras, de acordo com os dados do PAC



## CONSEQUÊNCIAS

São cerca de R\$ 10 bilhões já aplicados em obras paralisadas, sem que tenham sido gerados benefícios à sociedade. As consequências desse problema vão muito além dos recursos desperdiçados e são extremamente nocivas para o País.

Entre outros efeitos negativos, podem ser citados os serviços que deixam de ser prestados à população, os prejuízos ao crescimento econômico do país e os empregos que não são gerados. São 132 bilhões que deixaram de ser injetados na economia. Apenas no tocante aos recursos destinados às creches do Programa Proinfância, 75 mil vagas deixaram de ser criadas e oferecidas à população.

## O QUE O TCU DECIDIU?

O TCU fez recomendações ao Ministério da Economia com o objetivo de aperfeiçoar os procedimentos relacionados à gestão das obras, enfocando, entre outros, os seguintes aspectos:

- Aprimorar os sistemas de gestão para registrar, de forma ágil e confiável:
  - » a situação da obra, especialmente em relação ao ritmo de execução, a eventuais paralisações e suas causas;
  - » parâmetros relacionados à metodologia de contratação de projetos e à qualidade dos produtos entregues;
  - » casos de sucesso e boas práticas que possam ser replicados;
- Fortalecer o novo sistema de transferências do Governo Federal (Plataforma + Brasil) e promover maior integração entre ministérios com vistas a compartilhar aspectos positivos dos respectivos sistemas de informações de obras;
- Fortalecer iniciativas de associação de municípios com vistas a suprir as carências técnicas e operacionais existentes;
- Aprimorar o diálogo entre poderes Executivo e Legislativo no processo de alocação orçamentária com vistas a garantir os recursos necessários para finalizar obras iniciadas.

Por fim, o TCU determinou que os dados da auditoria fossem atualizados periodicamente para monitorar a evolução do cenário de paralisação de obras públicas.

## DADOS DA DELIBERAÇÃO

Acórdão: 1.079/2019 – TCU – Plenário  
 Data de sessão: 15/5/2019  
 Relator: Ministro Vital do Rêgo  
 TC: 011.196/2018-1  
 Unidade Técnica Responsável: SeinfraUrbana